

Informação

Projeto de Resolução n.º 510/XIII/2.^a
(BE)

Discussão ocorrida nos
termos do artigo 128.º
n.º 1 do RAR, em
reunião da Comissão de
22/03/2017

1. Dezanove Deputados do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tomaram a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução (PJR) n.º 510/XIII/2.ª (BE), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 12 de outubro de 2016, tendo sido admitido a 14 de outubro, data na qual baixou à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas.
3. O Projeto de Resolução n.º 510/XIII/2.ª (BE) foi objeto de discussão na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, em reunião de 22 de março de 2017.
4. A discussão do Projeto de Resolução (PJR) n.º 510/XIII/2.ª (BE) ocorreu nos seguintes termos:

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado João Vasconcelos (BE), que apresentou o projeto de resolução. Realçou o facto de as obras de requalificação da EN125 terem ficado paradas durante muito tempo, estarem ainda paradas nalguns pontos entre Vila do Bispo e Olhão bem como o facto de ainda não terem começado entre Olhão e Vila Real de Santo António. Toda esta situação tem provocado grave constrangimento de mobilidade no Algarve, agravada desde a introdução de portagens na A22, que provocou um grande aumento de tráfego na EN125. Em seu entender, a requalificação que está a ser feita deixa muito a desejar, com muitos erros técnicos. Informou que, em 2016, se tinham registado 10241 acidentes no Algarve, o que, em seu entender, foi potenciado pela introdução das portagens na Via do Infante. Concluiu, dando conta dos termos resolutivos.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Cristóvão Norte (PSD), António Eusébio (PS), Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP).

O Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) começou por lembrar que, na campanha eleitoral, tanto o PCP como o BE e o PS assumiram a requalificação da EN125 como investimento estratégico e prioritário para o Algarve. Passado um ano e meio, ainda

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

não se conseguiu distinguir, no quadro dos acordos reforçados entre essas três forças políticas, quais as obras que consideravam prioritárias para o Algarve. Referiu que as obras nesta via não se realizaram entre 2011 e 2014 porque o concessionário não se conseguiu financiar e não por uma decisão unilateral do Governo de então. Lembrou o processo de renegociação desta parceria público-privada (PPP), com dois propósitos, sendo um deles a redução da taxa interna de rentabilidade desta PPP, que se situava em 7,2% e o Governo pretendia reduzi-la para 5,2%, mas isso não se verificou, as obras estiveram paradas durante sete meses. Afirmou também que se sabia bem por que razão não houve obras de requalificação entre Olhão e Vila Real de Santo António, era porque tinha havido uma quebra profunda do investimento público entre o final de 2015 e 2016. Lembrou também que uma semana após as eleições o atual Secretário de Estado das Pescas, que era o cabeça-de-lista do PS pelo círculo eleitoral de Faro, tinha enviado uma carta ao Presidente da Infraestruturas de Portugal a solicitar a redução das portagens na Via do Infante em 50%, mas até ao momento essas portagens foram reduzidas em 15%, que é o mesmo que o anterior Governo tinha feito em 2012. Concluiu, afirmando que, se havia condições económicas, em função deste tempo que não compreende uma nova austeridade, o autor do projeto de resolução devia persuadir os seus colegas para realizar este objetivo que interessa a todos.

Pelo Senhor Deputado António Eusébio (PS) foi afirmado que, enquanto o PSD tinha sido Governo e tinha sido solicitada a redução ou suspensão das portagens na A22 durante a requalificação da EN125, o PSD nada tinha feito. Esclareceu que o que o PS tinha proposto era que houvesse uma redução de 50% numa perspetiva progressiva até à abolição de portagens, tendo começado com 15%, que pode considerar-se pouco e sem efeito na receita, mas é um caminho que se faz. Lembrou que as portagens na A22 só tinha sido estabelecidas por imposição do PSD, na altura. Não se sabia se o projeto inicial de obras era ou não megalómano, mas tinha características suficientes para minimizar o número de acidentes e de mortos e dar garantias de segurança na circulação. Afirmou também que a negociação que o PSD tinha levado quatro anos a fazer não tinha implicado poupança porque a obra não se tinha feito e os cidadãos nada tinham ganho, ficando com obras a meio durante cinco anos. Em 2016 verificou-se que não havia visto do Tribunal de Contas, a obra não tinha sido lançada e ainda pertencia à concessionária. Concluiu, referindo que as obras no troço entre Olhão e Vila Real de Santo António tinham início previsto durante 2017 e que as

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

obras entre Olhão e Vila do Bispo estavam atrasadas, pois estava previsto terminarem antes do Verão.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) lembrou que em 2009 tinha sido aberta uma concessão para as estradas nacionais do distrito de Faro num total de 274 km, com a beneficiação e requalificação das existentes e construção de novas variantes à EN125; que as obras na EN125 deveriam ter terminado em 2012, mas isso não aconteceu porque o país entrou numa dificuldade financeira muito grande e muitas empresas não conseguiram financiar-se, tal como aconteceu com esta concessionária. Concordou que, se havia um conjunto de investimentos públicos e não são fitos não há uma poupança, há uma cativação de investimento público, que tem um conjunto de consequências efetivas na vida das pessoas. Informou que o CDS-PP tinha feito uma pergunta ao Governo sobre esta matéria e a resposta que recebeu foi que até ao Verão as obras entre Olhão e Vila do Bispo estariam concluídas.

Finalmente, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) lembrou a Resolução da Assembleia da República n.º 61/2016, aprovada em 23 de março de 2016, sobre a mesma matéria, tendo dado conta dos diversos pontos dessa resolução e registado com alguma perplexidade o facto de a Assembleia da República estar agora a discutir uma resolução igual. Considerou que o assunto continuava muito atual, porque as recomendações aprovadas há um ano não tinham ainda sido concretizadas, mas entende que ignorar aquela resolução e colocar tudo à discussão de novo não fazia sentido. Realçou a posição já tomada pela Assembleia da República e considerou importante que esta fiscalizasse a ação do Governo quanto ao cumprimento das recomendações do Parlamento. Concluiu, afirmando que, do ponto de vista substancial, reafirmar uma posição colocando-a como se fosse a primeira vez era algo que não era um bom contributo para a posição da Assembleia da República enquanto órgão de soberania.

Encerrou a discussão o Senhor Deputado João Vasconcelos (BE), afirmando que, infelizmente, as obras de requalificação da EN125 já duravam há muitos anos. Considerou importante reafirmar a posição da Assembleia da República sobre esta matéria porque a situação se tinha agravado nos últimos tempos. Discordou da intervenção do Deputado Cristóvão Norte, esclarecendo que as portagens da A22, criadas pelo Governo do PSD com o apoio do PS em 8 de dezembro de 2011, tinham ficado 30% mais caras do que a média das restantes portagens. Criticou igualmente a



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

posição do PS, que defendia um desconto de 50% nas portagens da A22 e só fez um desconto de 15%. Afirmou que a renegociação feita pelo PSD tinha sido uma trapalhada, retirando muitas obras do contrato inicial, e concluiu realçando o aumento dos acidentes na EN125 nos últimos tempos.

5. Realizada a sua discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 29 de março de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(HÉLDER AMARAL)

